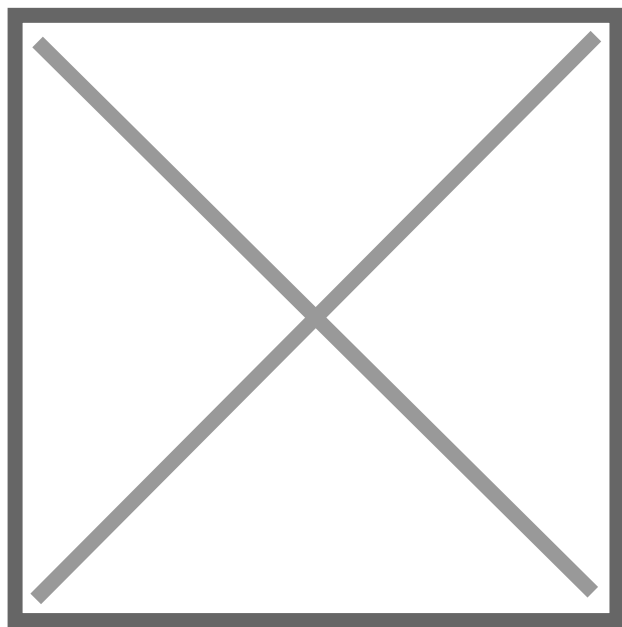


“Resistimos porque concebemos esta terra como Mãe Terra”

Por Katarine Costa · 30/08/2022

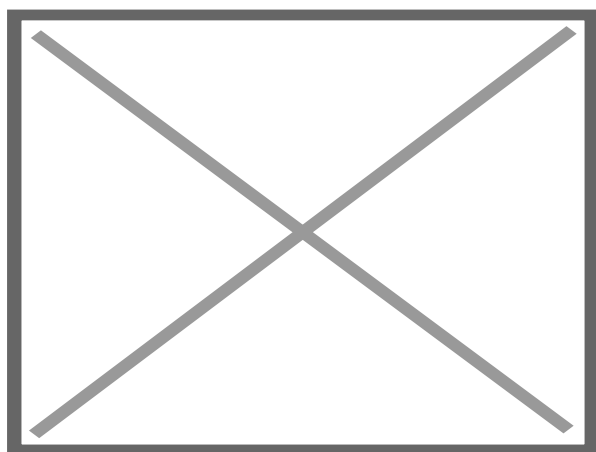


Elisa Pankararu, mulher Indígena do Povo Pankararu.

A violência imposta pelo agronegócio aos povos e comunidades tradicionais se agravou nesses últimos anos. Essa foi a denúncia na sexta sessão “Agronegócio e Resistência nos Territórios” do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo e Coletiva Diálogos Feministas. Nessa primeira parte, a palestrante Valéria Pereira Santos, que é educadora popular da Comissão Pastoral da Terra/Articulação Cerrado e mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pelo PPGDIRE/UFT, expôs o contexto no Cerrado. A outra palestrante, Elisa Pankararu, mulher Indígena do Povo Pankararu, mestra em Antropologia pelo PPGA/UFPE e atual Coordenadora do

Departamento de Mulheres Indígenas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo ([Apoime](#)), abordou a situação na Caatinga. A segunda parte, vai ocorrer na sétima sessão deste curso, dia 29 de agosto às 16h.

Conforme relataram as palestrantes, a soja é a commodity que mais cresceu no país, causando a devastação no Pampa, Sul brasileiro, onde chegou há cerca de 40 anos e uma [Coalizão](#) está mobilizada contra a extinção do bioma. Após os registros da destruição na Mata Atlântica e Pantanal, os mesmos se acumulam no MaToPiBa, área sojeira explorada nos estados das regiões Norte e Nordeste: Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia.



Valéria Pereira Santos, educadora popular da Comissão Pastoral da Terra/Articulação Cerrado

“O que está em jogo não é só terra: os outros bens comuns, a água, a soberania alimentar e a segurança alimentar dos povos”, disse Valéria Pereira Santos, considerando a substituição da sociobiodiversidade local e dos modos de viver locais, os saberes/fazeres adaptados às características próprias da fauna e flora, graças aos saberes herdados da ancestralidade. “A soja ocupa áreas de outros cultivos, até mesmo de frutíferas, cana de açúcar e pastagem,” alertou.

Valéria apresentou imagens do Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo, estabelecida no bioma que constitui 25% do país. É conhecido como “berço” das águas pela presença de quase 20 mil nascentes, abastecer oito das doze bacias hidrográficas do Brasil e situar-se sobre os aquíferos Guarani, Urucuia e Bambuí. A riqueza hídrica se evidencia também na forma do lobo guará e da palmeira de babaçu, conhecidos símbolos sob risco de extinção. Contudo, há uma riqueza igualmente sob risco, porém menos divulgada: vivem no Cerrado ao menos 83 povos indígenas, mais de 600 territórios quilombolas e inúmeras comunidades tradicionais representadas pelas quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, geraizeiras, apanhadoras de flores sempre-vivas, benzedadeiras, retireiras, pescadoras artesanais, vazanteiras e pantaneiras. A palestrante lembrou ainda das assentadas e assentados de Reforma Agrária e outras populações de base camponesa.

“O que está acontecendo é o ecocídio do Cerrado. O agro não produz comida de verdade, são os povos dos biomas que fazem isso, são os guardiões, aqueles que conservam os bens naturais e produzem o que chega a nossa mesa,” sublinhou. A seguir, reproduzimos os trechos que Valéria destacou do manifesto “Mulheres do Cerrado construindo resistências”:

“Nossos corpos se tornam meios de transformação do ecocídio do Cerrado em genocídio (cultural) de seus povos, também porque a contaminação implica em maior incidência de abortamento e danos ao leite materno, impactando a saúde coletiva e a reprodução biológica nas comunidades. Além disso, as práticas lideradas por nós são vitais para a manutenção, continuidade e transformações autônomas dos modos de vida dos povos e comunidades, especialmente as mudanças necessárias em relação aos nossos direitos como mulheres, numa sociedade patriarcal e racista. O impedimento ou obstáculos à realização dessas

práticas, e da própria ação política das mulheres em razão do ecocídio – que destrói e contamina nossas roças, medicinas, campos de extrativismo, águas – é a própria materialização do ecocídio em genocídio cultural.”

A palestrante indicou o [dossiê](#) da plataforma “[O agro é fogo](#)” que contém as informações e dados da devastação e o vídeo [Agro é Fome -Como a expansão do agronegócio significa a diminuição do plantio dos alimentos?](#)

Feminismo indígena

Para Elisa Pankararu, o agronegócio pode ser visto como o contrário da agroecologia, sistema constituído de resistências e consequente busca por igualdade, justiça social, pelo bem viver entre todos os seres. Lembrou que a ideia de território para os povos indígenas, é de espaço sagrado: “Porque é a morada dos nossos seres sagrados, da ancestralidade, é morada de outros seres, das árvores, das plantas medicinais, dos animais, das pedras, das águas, dos rios, das serras, e esse território sagrado é de gestão compartilhada,” disse.

Este modo de gerir o espaço sagrado se constitui de três sistemas próprios: de educação, no sentido dos ensinamentos intercambiados entre as gerações, seres sagrados/invisíveis, definidos como conhecimentos tradicionais, dos quais as mulheres são guardiãs, zeladoras e detentoras; de saúde, através dos processos de cura realizados pelas mulheres a partir do conhecimento das plantas, das águas; de convivência, de harmonia onde não há lugar para a violência, racismo, machismo. Porém, Elisa revela o aparecimento dessas mazelas, conforme definiu, um dos efeitos da colonização: “A invasão de 1500 deixou herdeiros que estão no agronegócio, na política que deveria ser pública, eles continuam violentando de Norte a Sul do país”.

Direto do bioma Caatinga, a palestrante abordou aspectos do racismo diante da biodiversidade única, mas desvalorizada pelo imaginário colonizado e colonizador. “É um campo de cultura e de beleza, e de conflito também,” disse sobre a incompreensão de harmonia e de diversidade pelos atores do agronegócio. “O agro é um mega empreendimento, por isso são muitos impactos. E não há como retornar ao que era antes dessa invasão, porque os danos ficam na lembrança, nas histórias das pessoas, estão no dia a dia delas ao verem a destruição dos espaços sagrados, a morte da fauna e das árvores medicinais. Há determinadas abelhas que fazem mel em plantas específicas, que podem trazer cura a quem precise, mas com a flora destruída, se perdem os animais e, o remédio, não vai voltar a existir.”

É a agroecologia que dialoga com a sociobiodiversidade e com o feminismo, segundo Elisa. No território Pankararu, a sociedade é matriarcal e registra trajetórias de grandes mulheres que conduziram o povo, as quais inspiram a atuação da antropóloga e o conceito de feminismo indígena que delineia. “O feminismo indígena é uma prática, um fazer coletivo, uma participação coletiva que começa no chão das aldeias em prol do coletivo. Não comunga com nenhuma forma de violência, por isso apoia outros movimentos de mulheres, outras organizações, porque compreende essa proposta de igualdade e justiça social,” explicou.

A resistência diante de tantos riscos e efeitos impostos sobre a vida física, a vida cultural, espiritual e intelectual dos povos, se fundamenta na compreensão ampla sobre o planeta: Mãe Terra. “Resistimos porque concebemos esta terra como Mãe Terra. Essa nossa fala tem que estar presente: ser precisa, ser forte no sentido de fazer saber, de denunciar tudo o que o agro provoca.”

Se você perdeu essa aula, assista [aqui](#). Aproveita e [ativa o lembrete](#) para seguir aprofundando o mesmo tema na sétima sessão deste curso, dia 29 de agosto às 16h. As palestrantes serão Lucinéia Miranda de Freitas (Setor de Gênero do MST) e Itamara Almeida (MMC-RN), com a coordenação de Lisbet Julca (MST).

*** Eliege Fante é jornalista, mestra e doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS, associada ao Núcleo de Ecojornalistas do RS.**

Documento gerado automaticamente a partir de: <https://rosalux.org.br/resistimos-porque-concebemos-esta-terra-como-mae-terra/>